

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 195 municípios sendo 194 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (196 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2017). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 33 (trinta) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Balneário Barra do sul, Barra Velha, Balneário Piçarras, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Curitiba, Dionísio Cerqueira, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Itá, Laguna, Lauro Muller, Otacílio Costa, Rio do Sul, Xaxim, Piratuba, Ipira, Ituporanga, Bom Retiro, Xanxerê, Treze Tílias, Içara, Pinhalzinho, Pescaria Brava e São Domingos estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Dos 195 municípios, 185 encontram-se com os contratos de concessão vigentes, 07 com os contratos de concessão vencidos e 03 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2019	2	2037	0
2020	3	2038	3
2021	5	2039	3
2022	5	2040	5
2023	8	2041	3
2024	8	2042	12
2025	3	2043	11
2026	3	2044	6
2027	2	2045	4
2028	11	2046	10
2029	6	2047	5
2030	13	2048	11
2031	2	2050	1
2032	4	2052	1
2033	0	2056	2
2034	7	2065	2
2035	4	2066	1
2036	19		

Total de Municípios 185

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 - Contas a receber de clientes

Nota 13 - Ativo fiscal diferido

Nota 14 - Imobilizado e Intangível

Nota 19 - Provisão para contingências

Nota 20 - Benefícios a empregados

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

r. Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 - Operações de arrendamento Mercantil: O CPC 06 (R2), aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2019.

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia procedeu estudo e está em andamento o processo de revisão dos impactos e adoção da norma mencionada.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de dezembro de 2017 são como segue:

	31 de dezembro de 2018 Contábil	31 de dezembro de 2017 Contábil	31 de dezembro de 2018 Mercado	31 de dezembro de 2017 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	4.902	7.301	4.902	7.301
Títulos e Valores Mobiliários	130.983	239.177	130.983	239.177
Contas a Receber (líquido de PDD)	219.660	217.019	219.660	217.019
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(657.184)	(699.274)	(657.184)	(699.274)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(501.696)	(462.987)	(501.696)	(462.987)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Em virtude de todos os ativos de vida útil longa estarem gerando receita (caixa) de forma plena, após avaliação interna da Companhia, não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	976.943	220.118	1.197.061
Deduções da receita bruta	(91.027)	(20.482)	(111.509)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	885.916	199.636	1.085.552
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(407.952)
Lucro bruto			677.600
Depreciação e amortização total			(81.791)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(656.972)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(5.902)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			(67.065)

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	925.129	201.087	1.126.216
Deduções da receita bruta	(86.629)	(18.785)	(105.414)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	838.500	182.302	1.020.802
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(383.058)
Lucro bruto			637.744
Depreciação e amortização total			(74.822)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(531.258)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			3.664
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			35.328

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imobilizado	47.689	56.260	35.916
Obras em andamento	1.022.857	941.848	813.801
Ativo intangível	1.531.404	1.468.067	1.435.405
Intangível em andamento	-	-	19.911
Ativos dos segmentos reportados	2.601.950	2.466.175	2.305.033
Total do ativo circulante	416.268	535.950	406.682
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	15.039	16.623	15.466
Ativo financeiro	38.164	32.049	31.725
Depósitos dados em garantia	96.702	89.113	77.361
Investimentos	304	304	304
Títulos e valores mobiliários	48.070	45.251	23.372
Ativo fiscal diferido	110.399	40.778	38.583
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.326.896	3.226.243	2.898.526

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Metropolitana	367.216	347.598	318.524
Sul/Serra	174.437	166.342	151.648
Oeste	235.055	224.494	201.962
Norte/Vale	200.235	186.695	168.196
Total	976.943	925.129	840.330

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Metropolitana	155.891	146.597	128.872
Sul/Serra	31.214	27.565	20.155
Oeste	26.468	24.479	21.497
Norte/Vale	6.545	2.446	430
Total	220.118	201.087	170.954

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Florianópolis	217.329	204.769	187.167
Chapecó	56.077	52.052	46.667
Criciúma	71.356	65.960	60.962
Rio do Sul	24.178	22.979	20.990
São José	90.156	83.188	75.488
Outros	517.847	496.181	449.056
Total	976.943	925.129	840.330

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Florianópolis	127.189	119.846	103.713
Chapecó	22.248	20.563	18.019
Criciúma	20.343	18.606	15.861
Rio do Sul	-	-	-
São José	28.428	26.491	23.492
Outros	21.910	15.581	9.869
Total	220.118	201.087	170.954

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas			
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	480.057	449.771	412.442
Vendas	90.015	93.340	86.989
Gerais e Administrativas	576.244	446.027	262.169
Total	1.146.316	989.138	761.600

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receitas			
Água	976.943	925.129	840.330
Esgoto	220.118	201.087	170.954
Total	1.197.061	1.126.216	1.011.284

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Bens numerários	2	1	1
Bancos conta movimento	559	3.791	901
Bancos conta arrecadação	4.204	3.490	1.951
Bancos conta vinculada	137	19	42
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	4.902	7.301	2.895

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$130.983 (R\$239.177 em 31 de dezembro de 2017 e R\$114.172 em 31 de dezembro 2016) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$ 130.983 em 31 de dezembro de 2018, R\$73.048 refere-se a aplicação dos Recursos destinados especificamente à obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$57.935, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante			
Consumidores finais	180.186	170.745	152.644
Entidades públicas	22.152	23.321	25.648
Consumo a faturar	57.182	54.472	48.514
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(54.899)	(48.142)	(39.975)
Total Circulante	204.621	200.396	186.831
Não circulante			
Consumidores finais	6.362	6.339	5.936
Entidades públicas	8.677	10.284	9.530
Créditos reconhecidos como perdas	179.470	158.062	140.633
(-) Perdas reconhecidas	(179.470)	(158.062)	(140.633)
Total Não circulante	15.039	16.623	15.466
Total Contas a Receber de Clientes	219.660	217.019	202.297

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2018, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

<u>Categoria</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 90 dias</u>	<u>>90 dias e < 180 dias</u>	<u>>180 dias e < 720 dias</u>	<u>> 720 dias</u>	<u>Total</u>
Comercial	16.543	4.774	1.696	6.396	19.108	48.517
Industrial	2.536	525	119	765	4.433	8.378
Pública	18.778	2.400	1.813	10.282	73.822	107.095
Residencial	74.981	30.853	7.460	37.456	82.107	232.857
Consumo a faturar	57.182	-	-	-	-	57.182
	<u>170.020</u>	<u>38.552</u>	<u>11.088</u>	<u>54.899</u>	<u>179.470</u>	<u>454.029</u>
PCLD	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(54.899)</u>	<u>(179.470)</u>	<u>(234.369)</u>
Total Contas a Receber	<u>170.020</u>	<u>38.552</u>	<u>11.088</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>219.660</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº111 de 19 de julho de 2018 da ARESC - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina, deliberação nº 021, de 19 de julho de 2018 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Parecer Administrativo nº 040/2018 da AGIR -Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 4,39% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 21 de agosto de 2018.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2018 a conta apresenta um saldo de R\$10.600 (R\$3.792 em 31 de dezembro de 2017 e R\$3.302 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Materiais em almoxarifado	42.244	38.724	43.055
Materiais em poder de terceiros	55	55	55
Materiais em Trânsito	-	-	-
Outros	33	17	34
Total Estoques	42.332	38.796	43.144

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Adiantamentos a fornecedores	21.481	3.395	3.136
Convênios com prefeituras	7.259	7.259	7.260
Adiantamentos a empregados	1.562	1.853	2.152
Cauções	245	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.220	1.236	1.218
Impostos a recuperar	41.364	73.038	60.018
Outros créditos	659	706	983
Total	73.790	87.732	75.012

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes dos ajustes</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos restantes</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2018</u>	<u>Saldo Contábil em 31/12/2018</u>
Balneário Gaivotas	967	121	0	967	-
Bombinhas	6.801	850	6	1.700	5.101
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	1	444	63
Gravatal	8.267	1.033	4	4.133	4.133
Guabiruba	2.062	258	7	258	1.805
Ilhota	1.498	188	6	371	1.127
Imbituba	24.817	3.108	3	15.492	9.325
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	7	555	3.883
Penha	6.337	792	1	5.545	792
Praia Grande	983	123	2	737	246
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	7	24	165
São Francisco do Sul	6.423	803	2	4.817	1.606
São Jose do Cedro	3.585	448	3	2.241	1.344
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	<u>9.798</u>	<u>1.225</u>	<u>7</u>	<u>1.225</u>	<u>8.574</u>
Total	81.740	10.212		43.576	38.164

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 31 de dezembro de 2018
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	1.078	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Total de Indenizações					498.418

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.899	13.725	4.941	18.666	16.369
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	64.428	16.107	5.798	21.905	18.083
Provisão para contingências trabalhistas	16.648	4.162	1.498	5.660	6.282
Prejuízo Fiscal	188.599	47.150	16.974	64.124	-
	<u>324.702</u>	<u>81.176</u>	<u>29.223</u>	<u>110.399</u>	<u>40.778</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>110.399</u>	<u>40.778</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Total
Em 01 de janeiro de 2017	24.992	13.591	-	38.583
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	<u>(583)</u>	<u>2.778</u>	<u>-</u>	<u>2.195</u>
Em 31 de dezembro de 2017	24.409	16.369		40.778
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	<u>3.200</u>	<u>2.297</u>	<u>64.124</u>	<u>69.621</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>27.609</u>	<u>18.666</u>	<u>64.124</u>	<u>110.399</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2018 foram constituídos os tributos diferidos (Imposto de Renda e Contribuição social) sobre os prejuízos fiscais dos anos de 2017 e de 2018, no montante total de R\$61.124.

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2017 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipa- lizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dezembro de 2018 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	859.792	(42.725)	(16.067)	106.941	907.941
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	608.275	(33.845)	(160)	49.193	623.464
Total	<u>1.468.067</u>	<u>(76.570)</u>	<u>(16.227)</u>	<u>156.134</u>	<u>1.531.404</u>

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Água			
Produção	74.016	149.140	154.922
Distribuição	47.008	43.251	44.377
Projetos e obras de operação Imediata	<u>5.531</u>	<u>9.188</u>	<u>13.127</u>
Total Água	128.555	201.579	212.426
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	795.192	671.043	501.997
Projetos e obras de operação Imediata	<u>892</u>	<u>882</u>	<u>422</u>
Total Esgoto	796.084	671.925	502.419

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Projetos e obras administrativas	83.930	53.808	81.868
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	14.288	14.536	17.088
Ativos Administrativos			
Saldo inicial 01 de janeiro	56.260	35.916	35.697
Depreciação e amortização	(9.414)	(10.657)	(2.895)
Baixas, municipalizações e ajustes	(375)	(240)	(1.401)
Aquisições e transferências	1.218	31.241	4.515
Total Ativos Administrativos	47.689	56.260	35.916
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	1.070.546	998.108	849.717

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos reavaliados	345.561	719.726	742.199
Tributos sobre a reavaliação	(87.680)	(182.617)	(188.319)
Saldo da reavaliação	257.881	537.109	553.880

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

- c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	Amortização		Valor	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido	líquido
Caçador	17.153	(5.988)	11.165	11.809	10.995
Concórdia	25.177	(7.973)	17.204	17.820	13.902
Chapecó	203.020	(63.358)	139.662	145.791	139.122
Criciúma Sistema Local e Integrado	297.586	(101.472)	196.114	202.784	198.671
Curitibanos	16.695	(7.526)	9.169	9.666	9.801
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.095.636	(400.097)	695.539	609.020	611.024
Laguna	21.964	(7.265)	14.699	14.666	12.610
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	27.158	(10.878)	16.280	15.204	15.512
Santo Amaro da Imperatriz	18.172	(6.430)	11.742	11.809	11.087
São Joaquim	60.148	(12.134)	48.014	49.527	49.494
São José	72.003	(28.676)	43.327	45.015	40.720
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	25.943	(7.649)	18.294	18.941	19.547
Siderópolis	15.112	(3.802)	11.310	11.629	11.971
Outros	457.531	(158.646)	298.885	304.386	310.860
	<u>2.353.298</u>	<u>(821.894)</u>	<u>1.531.404</u>	<u>1.468.067</u>	<u>1.455.316</u>

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

<u>Imobilizado e Intangível</u>	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Construção civil	4%	4%	4%
Equipamentos	10%	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Encargos incidentes
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	44.282	39.596	332.114	336.569	7,22% a.a. + var.cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	4.761	3.803	120.539	83.019	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	<u>49.043</u>	<u>43.399</u>	<u>452.653</u>	<u>419.588</u>	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	7.255	6.532	180.236	161.957	9,87% + TR
Banco BOCOM - BBM	50.000	-	-	-	5,8%a.a. + DI
Banco VOTORANTIM - CCB	28.028	-	-	-	5,75%a.a. + DI
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	42.294	37.075	152.853	198.570	IPCA+09%a.a.
Debêntures	<u>99.221</u>	<u>100.545</u>	<u>97.297</u>	<u>194.595</u>	Ver nota explicativa
Total Operações no país	<u>226.798</u>	<u>144.152</u>	<u>430.386</u>	<u>555.122</u>	
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>275.841</u>	<u>187.551</u>	<u>883.039</u>	<u>974.710</u>	

a) Em 31 de dezembro de 2018 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Ano:	31 de dezembro de 2018
2019	275.629
2020	194.650
2021	112.993
2022	113.498
Após 2023	462.110
	<u>1.158.880</u>

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de junho de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o montante de R\$125.300. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a /Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o montante R\$376.396 equivalente a €84.793.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2010	2032	20.095	21.001
2012	2034 a 2036	167.396	147.488
Total		<u>187.491</u>	<u>168.489</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou à constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividades do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas sêniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 (“FIDC”);
- Emissor: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- Principal: de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);
- Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/2001 sob regime de melhores esforços;
- Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);
- Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;
- Remuneração: 9,0% a.a.;
- Carência do Principal: 36 meses (3 anos);
- Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37º ao 120º mês;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

- Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal;
- Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);
- Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;
- Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;
- Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

Debêntures

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 mil (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 09 de dezembro de 2015 vencendo-se, portanto em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em quatro séries conforme abaixo:

- 1ª série: 8.333 mil debêntures;
- 2ª série: 16.665 mil debêntures;
- 3ª série: 1.667 mil debêntures e
- 4ª série: 3.335 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7027%, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures da primeira e terceira série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas diárias da Taxa de Juros Longo Prazo “TJLP”, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95% a.a. (“Spread da primeira e terceira série). A segunda e quarta série incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

Banco BOCOM - BBM e Banco VOTORANTIM - CCB

Em 06 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração aprovou a constituição de uma operação ponte no valor de R\$100.000 (cem milhões de reais) por meio de Cédulas de Crédito bancário pelos Bancos Sindicalizados na operação principal que em 31 de dezembro de 2018 estava em estruturação.

Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu as CCBs com os Bancos Votorantim, no valor de R\$28.028 (vinte e oito milhões e vinte e oito mil reais) e com o banco BBM, no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), ambas com garantia através de Cessão Fiduciária de Recebíveis, prazo de até 90 dias (bullet), fee de estruturação de 0,5% + impostos + IOF e taxa de juros de 5,75% a.a + CDI e 5,80% a.a + DI respectivamente.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>			
Provisão para férias com encargos	22.818	28.446	27.956
INSS	4.869	5.761	5.426
FGTS	1.626	1.983	1.954
IR s/folha de pagamento	2.352	3.533	3.307
Plano de saúde e previdência	13	1.672	1.618
Consignações	2.015	2.429	2.921
Participação em resultados	3.150	3.150	3.150
Vale alimentação	-	-	23
Indenizações trabalhistas	2.400	4.800	-
Outros	625	637	839
Total Circulante	39.868	52.411	47.194
 <u>Não Circulante</u>			
Indenizações trabalhistas	-	2.400	-
Total não circulante	-	2.400	-

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresenta os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>			
. REFIS	8.728	14.028	12.796
. COFINS	6.467	6.142	6.297
. PIS/PASEP	1.402	1.330	1.302
. Imposto de Renda - retenções	118	120	214
. Imposto de Renda sobre lucro real	-	-	19.493
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	443	410	649
. INSS de terceiros	896	672	946
. Contribuição social sobre lucro real	-	-	8.797
. Outros	542	502	965
 Total circulante	 18.596	 23.204	 51.459
<u>Não circulante:</u>			
. REFIS	34.653	41.386	51.074
 Total não circulante	 34.653	 41.386	 51.074

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	<u>6.722</u>	<u>4.698</u>	<u>11.420</u>
Total	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>		
	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Saldo anterior	14.028	12.796	11.446	41.386	51.074	53.724
Transferências	8.628	14.676	10.706	(8.628)	(14.676)	(10.706)
Consolidação Atualizações (TJLP)	(1.453)			1.895	4.988	8.056
Amortizações	<u>(12.475)</u>	<u>(13.444)</u>	<u>(9.356)</u>			
	<u>8.728</u>	<u>14.028</u>	<u>12.796</u>	<u>34.653</u>	<u>41.386</u>	<u>51.074</u>

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$87.680 em 31 de dezembro de 2018 (R\$182.617 em 31 de dezembro de 2017 e R\$188.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	64.428	53.186	43.844
Provisão para contingências trabalhistas	16.648	18.478	29.533
	81.204	71.792	73.505
Depósitos judiciais	(88.131)	(80.542)	(77.361)
Depósitos - FIDC-Fundo de investimento direitos creditórios	(8.571)	(8.571)	-
Total Depósitos dados em garantia	(96.702)	(89.113)	
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(15.498)	(8.750)	(3.856)

Em 31 de dezembro de 2018 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$151.511 (R\$93.587 em 31 de dezembro de 2017 e R\$79.159 em 31 de dezembro de 2016).

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$64.428 em 31 de dezembro de 2018 (R\$53.186 em 31 de dezembro de 2017 e R\$43.844 em 31 de dezembro de 2016).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2018 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$16.648 em 31 de dezembro de 2018 (R\$18.478 em 31 de dezembro de 2017 e R\$29.533 844 em 31 de dezembro de 2016) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$31.769 (R\$31.769 em 31 de dezembro de 2018 e R\$16.977 em 31 de dezembro de 2017).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Descrição			
<u>Circulante:</u>			
PDVI com indenização mensal	68.701	27.502	8.751
Total Circulante	68.701	27.502	8.751
<u>Não circulante:</u>			
PDVI com indenização mensal	418.214	161.001	6.008
Total Não Circulante	418.214	161.001	6.008
Total PDVI	486.915	188.503	14.759

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Inscritos	813	813	813
Processo em tramitação	0	0	0
Rescisões para datas futuras	0	0	0
Demissões com PDVI	538	538	538
Demissões sem PDVI	59	59	59
Indeferimento de pedidos	55	55	55
Desistência do empregado	161	161	161
Número de empregados	2.453	2.551	2.622
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	535 22%	1.028 41%	1.018 39%

c) Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 16 de outubro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017 foram inscritos no PDVI:

- 717 inscritos que correspondem a 27,02% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.654 em 31 de outubro de 2017);

Impacto na Folha de Pagamento:

- A remuneração total dos 717 inscritos corresponde a R\$13,3 milhões, ou seja, representa 47,3% da folha de pagamento em outubro de 2017, que foi da ordem de R\$28,2 milhões.

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

O quadro abaixo apresenta os valores das indenizações e rescisões até 15 de outubro de 2018, conforme cronograma de execução aprovado pela Diretoria Executiva:

Mês de Saída	Nº Empregados	Mês da Contabilização	Valor da Indenização Contabilizada como Despesa/Passivo
nov/17	45	out/17	R\$ 37.969
dez/17	56	nov/17	R\$ 50.168
Jan/Fev/Mar/18	145	dez/17	R\$ 95.756
abr/18	37	jan/18	R\$ 24.752
mai/18	40	fev/18	R\$ 28.366
Atualização dos Valores		mar/18	R\$ 17.920
jun/18	36	mar/18	R\$ 24.258
jul/18	39	jun/18	R\$ 23.199
jul/18	62	abr/18	R\$ 21.602
ago/18	69	mai/18	R\$ 45.287
set/18	105	jun/18	R\$ 75.489
out/18	56	jul/18	R\$ 19.985
Desistências	-38	jul/18	-R\$ 20.048
Atualização dos Valores		set/18	R\$ 25.775
Atualização dos Valores		out/18	R\$ 72.740
Desistências	-26	out/18	-R\$ 14.576
Atualização dos Valores		nov/18	-R\$ 13
Atualização dos Valores		dez/18	R\$ 1.646
TOTAL	626		R\$ 530.276

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

As demissões efetivadas no PDVI 2017/2018 superaram a meta projetada, e em 15 de outubro de 2018 totalizou a saída de 626 funcionários, o que representou 87,3% do total de inscritos (717) originalmente.

Posição em 15 de outubro de 2018 do PDVI:

- 626 demitidos, que correspondem a 23,59% do total do contingente de funcionários da CASAN em 31 de outubro de 2017 (2.654);

Impacto na Folha de Pagamento:

A remuneração total dos 626 demitidos inscritos do PDVI corresponde a R\$11.500, ou seja, representa 40,81% da folha de pagamento de outubro de 2017, que foi da ordem de R\$28.200.

Em milhões de Reais		
RESUMO FINANCEIRO DO PDVI/2017-2018	PROJEÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2017 a 2026	
PÚBLICO ALVO (idade = <53 anos)	Composição	626 = 87,3%
FOLHA DE PAGAMENTO		
Prazo Médio do PDVI	7,94 anos	95,230 meses
Total da Folha de Pagamento no período	100%	R\$ 3.212.926
Economia com saída de pessoal - PDVI	40,81%	R\$ 1.311.039
Contratações para reposição (LIMITE)	20%	(R\$ 262.208)
Economia Líquida da Folha	32,6%	R\$ 1.048.831
P D V I		
Despesa - Indenizações do PDVI (em 95,230 meses)	39,3%	(R\$ 412.208)
Despesa - Rescisões do PDVI	2,4%	(R\$ 25.487)
Total da Despesas com o PDVI	41,7%	(R\$ 437.695)
ECONOMIA LÍQUIDA DO PDVI	19,0%	R\$ 611.136
DF/GCF - 20/11/2018		

IMPACTO NO FLUXO DE CAIXA

Como consequências da contabilização pelo regime de competência das despesas com o Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI nos balanços de 2017 e 2018, a Companhia registrou prejuízo fiscal de R\$28.478 milhões em 2017 e de R\$119.225 milhões em 2018, acumulando um prejuízo de R\$147.703 milhões até 31 de dezembro de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

A despesa total com a indenização proposta foi contabilizada no regime de competência e ocorreu na data da efetiva demissão do colaborador, lançando o respectivo valor em contas do passivo de curto e longo prazo.

O prejuízo fiscal apontado não afeta as condições financeiras da Companhia, pois o valor contabilizado do PDVI será quitado parceladamente em até 8 anos, sendo que os valores devidos serão corrigidos anualmente pela variação do INPC.

O valor total do PDVI contabilizado até 31 de dezembro de 2018 foi da ordem R\$530.276 milhões e o somatório dos valores pagos aos ex-colaboradores de 01 de novembro de 2017 à 31 de dezembro de 2018 foi de R\$44.928 milhões.

ECONOMIA GERADA COM O PREJUÍZO FISCAL ORIUNDO DO PDVI 2017/2018

Durante os primeiros quinze meses do PDVI a CASAN registrou uma economia expressiva junto ao seu caixa, gerada pela contabilização do prejuízo fiscal, reflexo pela não incidência de impostos e dividendos sobre o lucro.

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2017:

Nos últimos três meses de 2017 a CASAN obteve uma economia de caixa gerada pela contabilização em Despesa do PDVI da ordem de R\$80.048 milhões, sendo que o valor de (*) R\$45.440 milhões, que já haviam sido recolhidos como impostos federais até setembro de 2017, retornaram ao caixa da Companhia em 2018, por meio do PER/DCOMP (sistema de compensação de impostos federais).

Economia realizada em 2017:

- a) **PDVI = R\$81.1 milhões:**
- a.1) c/a Folha de Pagamento + Rescisões do PDVI = **R\$781 mil;**
 - a.2) c/o IRPJ e CSLL = **R\$55.758 milhões;**
 - a.3) c/os Dividendos = **R\$24.650 milhões.**
- b) A Companhia desembolsou o valor de **(R\$1.141 milhões)** referente as indenizações mensais dos servidores desligados nos meses de novembro e dezembro de 2017.

Em Milhares de Reais (*)

COMPOSIÇÃO DA CONTA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ANTECIPADAS A RECUPERAR	
COFINS	808
PIS/PASEP	107
CSLL	13.157
IRPJ	45.440

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2018:

No exercício de 2018 a economia gerada pelo PDVI no fluxo de caixa da Companhia foi da ordem de R\$87.184 milhões, considerando a redução da folha de pagamento e o não pagamento de impostos e dividendos sobre o lucro, visto o registro em dezembro de 2018 de R\$195,614 milhões de prejuízo, antes do imposto de renda.

Economia realizada em 2018:

- a) **PDVI = R\$130.877 milhões:**
- a.1) c/a Folha de Pagamento + Rescisões do PDVI = **R\$ 50.256 milhões;**
 - a.2) c/o IRPJ e CSLL = **R\$ 53.537 milhões;**
 - a.3) c/os Dividendos = **R\$ 27.084 milhões.**
- b) A Companhia desembolsou o valor de **(R\$43.693 milhões)** referente as indenizações mensais dos servidores desligados durante o exercício de 2018.

Abaixo apresentamos os números realizados do PDVI de novembro de 2017 a dezembro de 2018 e as projeções da economia prevista para dezembro de 2018 e 2019. Os números foram projetados considerando o prejuízo fiscal efetivado em dezembro de 2018, da ordem de R\$195.614 milhões, antes do imposto de renda.

Considerando este prejuízo fiscal, estamos prevendo que a CASAN irá amortizar este montante até o mês Setembro de 2019, o que propiciará uma economia com os impostos federais e dividendos na ordem de R\$83.245 milhões.

Em Milhares de Reais				
RESULTADO DO PDVI	2017	2018	2019 (*)	TOTAL
FOLHA DE PGTO	781	50.256	98.476	149.513
IRPJ/CSLL	55.758	53.537	57.165	166.460
DIVIDENDOS	24.650	27.084	26.080	77.814
(-) PGTO INDENIZAÇÃO PDVI	(1.141)	(43.693)	(65.930)	(110.764)
TOTAL ECONOMIA	80.048	87.184	115.791	283.023
(*) Projeção orçamentaria da Companhia para o exercício de 2019				

CONCLUSÃO:

No âmbito geral, a economia obtida com a implantação do PDVI já é suficiente para que o fluxo de caixa da Companhia possa manter o ritmo atual de obras em execução (CAPEX), sem haver a necessidade, neste momento, da efetivação do aporte de capital compromissado pelo Governo do Estado em 2011.

Para os efeitos de análise financeira, abaixo apresentamos uma simulação da DRE do 4º ITR de 2018 destacando os impactos contábeis e financeiros causados pela implantação do PDVI na Companhia:

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN				
CNPJ Nº 82.508.433/0001-17				
SIMULAÇÃO - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Em R\$ 1.000,00				
POSIÇÃO LEVANTADA EM 31 DEZEMBRO	2018 OFICIAL	2018 SEM PDVI	IMPACTO CONTÁBIL	ECONOMIA FINANCEIRA
RECEITA BRUTA	1.197.061	1.197.061	-	-
Tarifas de água	955.261	955.261	-	-
Tarifas de esgoto	220.082	220.082	-	-
Outras	21.718	21.718	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(111.509)	(111.509)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.085.552	1.085.552	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	(480.057)	(480.057)	-	-
LUCRO BRUTO	605.495	605.495	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(670.103)	(323.719)	(346.384)	50.256
Com vendas	(90.015)	(90.015)	-	-
Gerais e administrativas	(576.642)	(230.258)	(346.384)	50.256
Fiscais e tributárias	(3.446)	(3.446)	-	-
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.675)	(2.675)	-	-
Receitas Operacionais	10.332	10.332	-	-
Despesas Operacionais	(16.472)	(16.472)	-	-
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	3.465	3.465	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(67.283)	279.101	(346.384)	50.256
RESULTADO FINANCEIRO	(128.549)	(128.549)	-	-
Receitas Financeiras	19.923	19.923	-	-
Despesas Financeiras	(148.472)	(148.472)	-	-
LUCRO OPERACIONAL	(195.832)	150.552	(346.384)	50.256
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	219	219	-	-
Receitas Não Operacionais	471	471	-	-
Despesas Não Operacionais	(252)	(252)	-	-
LUCRO ANTES DO IMP. DE RENDA, DA CONTR. SOCIAL	(195.613)	150.771	(346.384)	50.256
Provisão para imposto de renda	-	(42.533)	42.533	42.533
Provisão para contribuição social	-	(11.004)	11.004	11.004
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.767	6.767	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ativo fiscal diferido	69.621	5.497	64.124	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(119.225)	109.498	(228.723)	103.793
DIVIDENDOS - JAN A DEZ/2018	-	(27.084)	27.084	27.084
Estado de Sta. Catarina	-	(17.388)	17.388	17.388
SC Parcerias	-	(4.875)	4.875	4.875
CELESC	-	(4.198)	4.198	4.198
CODESC	-	(596)	596	596
MINORITÁRIOS	-	(27)	27	27
LUCRO APÓS O PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS	(119.225)	82.414	(201.639)	130.877
PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES DO PDVI DE JANEIRO A DEZEMBRO/2018				(43.693)
ECONOMIA FINANCEIRA OBTIDA				87.184

CASAN/DF

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	7.604	7.693	7.894
CODESC	106	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	<u>7.710</u>	<u>7.799</u>	<u>8.000</u>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Circulante :</u>			
CELESC	9.489	8.979	7.293
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>12.853</u>	<u>12.343</u>	<u>10.657</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.686	12.598	19.805
<u>Não circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	45.684	58.055	62.613
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>58.370</u>	<u>70.653</u>	<u>82.418</u>

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita bruta de serviços prestados	27.075	23.838	23.676
Custos e despesas	(108.192)	(96.023)	(92.595)
Juros de empréstimo com acionista	<u>(6.040)</u>	<u>(7.124)</u>	<u>(8.202)</u>
Resultado	<u>(87.157)</u>	<u>(79.309)</u>	<u>(77.121)</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2018, nos montantes de R\$12.686 e R\$45.684, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.101 em 31 de dezembro de 2018 (\$18.853 em 31 de dezembro de 2017 e idem em 2016) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro 2017 e 2016). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	<u>8.054</u>	<u>7.801</u>
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

b. Lucros/Prejuízos Acumulados

Em dezembro de 2018 foram ajustada a reserva de reavaliação (Depreciação) no montante de R\$99.137 (noventa e nove milhões e cento e trinta e sete mil reais).

c. Dividendos

Devido ao prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2018, não haverá pagamento de dividendos.

Em dezembro de 2018 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$5.620, referente a anos anteriores ainda não pagos, esperando manifestação dos acionistas para futuro aumento de capital.

d. Reservas para fundo de investimentos

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração e da Legislação Societária, destinada a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá como finalidade assegurar investimentos em bens no ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos sempre que necessário, na distribuição de dividendos ou na incorporação ao capital social a ser deliberada em AGO.

e. Outros Resultados Abrangentes

Em dezembro de 2018 o valor referente a outros Resultados Abrangentes foi de R\$19.321 (R\$2.727 no ano de 2017). O valor apresentado no demonstrativo das mutações do patrimônio líquido refere-se as perdas do plano Casanprev conforme CPC 33(R1) referendada pela deliberação CVM 695.

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tarifas de água	955.261	904.118	815.954
Tarifas de esgoto	220.082	201.042	170.906
Outras receitas de serviços de água	21.682	21.011	24.376
Outras receitas de serviços de esgoto	36	45	48
Total do faturamento	1.197.061	1.126.216	1.011.284
Impostos sobre vendas e outras deduções	(111.509)	(105.414)	(93.855)
Total receita líquida	1.085.552	1.020.802	917.429

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários e encargos	659.573	547.338	323.158
Materiais	51.145	54.435	51.698
Serviços de terceiros	232.173	219.521	212.261
Gerais e tributárias	54.793	43.643	48.629
Depreciações, amortizações e provisões	81.791	74.821	68.929
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	27.848	25.608	19.660
Recomposição de pavimentação	38.574	22.986	21.982
Fundos para programas municipais	818	786	15.283
Total	1.146.715	989.138	761.600

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários	128.470	153.522	141.998
Custos previdenciários	54.527	80.884	61.239
FGTS	13.906	16.479	15.434
Programa de alimentação	27.740	27.218	25.200
Programa de saúde	21.299	20.262	17.119
PDVI - PL Demissão voluntaria incentivada	346.712	185.080	2.266
Outros benefícios	66.919	63.893	59.902
Total	659.573	547.338	323.158
Número de empregados	2.453	2.551	2.622

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2018, em relação a igual período de 2017:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Receitas financeiras:</u>			
Descontos obtidos	1.221	1.326	661
Juros ativosc	1.535	1.335	5.250
Rendimento de aplicações financeiras	10.428	23.722	11.023
Variações monetárias e cambiais	-	-	3.000
Ganho com Recuperação de Crédito	6.740	-	-
Outras	-	125	543
Total Receitas Financeiras	19.924	26.508	20.477
<u>Despesas financeiras:</u>			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(147.717)	(97.110)	(143.364)
Variações monetárias e cambiais	(424)	(795)	(714)
Correção Monetária Atraso Pagamento	-	(16)	(914)
Outras	(331)	(290)	(47)
Total Despesas Financeiras	(148.472)	(98.211)	(145.039)
Resultado Financeiro Líquido	(128.548)	(71.703)	(124.562)

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2018, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Outras receitas operacionais:</u>			
. Pessoal à disposição	2.917	3.947	3.729
. Indenizações e ressarcimento de despesas	391	4.832	1.213
. Comissão prestação de serviços/convênios	417	449	20
. Ressarcimento folha de pagamento	347	967	1.280
. Recuperação déficit atuarial Casanprev	4.529	4.324	34.395
. Vendas de bens do imobilizado	471	483	472
. Reembolso mensalidade Unimed	1.396	1.486	1.473
. Outras	335	749	200
Total Outras Receitas Operacionais	10.803	17.237	42.782
<u>Outras despesas operacionais:</u>			
. Baixa de imobilizado	(252)	(329)	(14)
. Fiscais e tributárias	(3.446)	(4.988)	(12.253)
. Causas cíveis	(15.188)	(9.475)	(13.109)
. Causas trabalhistas	2.181	1.219	(11.772)
Total Outras Despesas Operacionais	(16.705)	(13.573)	(37.148)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(5.902)	3.664	5.634

29 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.130. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$460. Além disso, a Companhia possui 465 veículos alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30 BALANÇO SOCIAL

A Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) editaram a Instrução Normativa Conjunta nº 5, de 28 de maio de 2018.

Essa instrução normativa instituiu modelos de referências, inclusive para o balanço social, o qual está sendo enviado para CVM de acordo com o modelo estabelecido pela Instrução Normativa citada acima.

BALANÇO SOCIAL						
1. BASE DE CÁLCULO	2018 - Valores em R\$ MIL			2017 - Valores em R\$ MIL		
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.085.552			1.020.802		
Resultado Operacional (RO)	-71.195			35.328		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	331.853			369.775		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL
Alimentação	34.958	10,53%	3,22%	34.939	9,45%	3,42%
Encargos Sociais Compulsórios	67.684	20,40%	6,23%	79.556	21,51%	7,79%
Previdência Privada	4.027	1,21%	0,37%	6.380	1,73%	0,62%
Saúde	17.806	5,37%	1,64%	16.808	4,55%	1,65%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.202	0,36%	0,11%	840	0,23%	0,08%
Educação	585	0,18%	0,05%	643	0,17%	0,06%
Cultura	1.022	0,31%	0,09%	915	0,25%	0,09%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	812	0,24%	0,07%	439	0,12%	0,04%
Creches ou Auxílio-Creche	2.323	0,70%	0,21%	2.068	0,56%	0,20%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	346.712	104,48%	31,94%	184.081	49,78%	18,03%
Total dos Indicadores Sociais Internos	477.131	143,78%	43,95%	326.669	88,34%	32,00%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Educação				2	0,01%	0,00%
Cultura	142		0,01%	191	0,54%	0,02%
Saúde e Saneamento	61		0,01%	-	-	-
Esporte	-		-	45	0,13%	0,00%
Sub Total	203		0,02%	238	0,67%	0,02%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	116.051		10,69%	121.664	344,38%	11,92%
Total dos Indicadores Sociais Externos	116.254		10,71%	121.902	345,06%	11,94%
4. INDICADORES AMBIENTAIS	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	238.362		21,96%	248.432	703,22%	24,34%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	320		0,03%	11	0,03%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	238.682		21,99%	248.443	703,25%	24,34%
<p>Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:</p>						
			não possui metas			não possui metas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2018	2017				
Nº de Empregados(as) ao Final do Período		2555	2650				
Nº de Admissões Durante o Período		456	57				
Nº de Empregados(as) Terceirizados		633	633				
Nº de Estagiários(as)		161	145				
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos		924	1376				
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa		518	459				
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres		17,4	16,8				
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa		48	51				
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)		6,2	5,9				
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais		53	47				
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2018	Metas 2019				
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa		15	Diminuir para 13				
Número Total de Acidentes de Trabalho		69					
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:		Direção e Gerências	Direção e Gerências				
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:		Direção e Gerências	Direção e Gerências				
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:		Insentiva e segue a OIT	Insentiva e segue a OIT				
A Previdência Privada Contempla:		Todos os empregados	Todos os empregados				
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:							
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:		São sugeridos	São sugeridos				
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:		Não se envolve	Apoiará				
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	
	24.735	237	1.295	24.240	232	1.269	
% de Reclamações e Críticas Solucionadas		73,28%	78,90%	0,00%	74,75%	80,48%	0,00%
		2018		2017			
Distribuição do Valor Adicionado	Governo	152.147		Governo	159.763		
	Colaboradores	608.894		Colaboradores	487.693		
	Acionistas	-		Acionistas	-		
	Terceiros	148.472		Terceiros	98.211		
	Retido	-187.878		Retido	-28.478		
7. OUTRAS INFORMAÇÕES							
A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO							
NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"							

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2019 a Companhia constituiu com o Banco Santander do Brasil S.A uma CCB no valor de R\$22.000 (vinte e dois milhões) com garantia através de Cessão Fiduciária de Recebíveis, prazo de até 90 dias (*bullet*), *fee* de estruturação de 0,5% + impostos + IOF e taxa de juros de 5,75% a.a + CDI.

Em 28 de janeiro de 2019, através da ATA 341, o Conselho de Administração da CASAN realizou todas as aprovações necessárias para a 2ª Emissão de Debêntures que tem sua liquidação para o mês de março de 2019, no valor de R\$ 600 milhões, com taxa de 5,75% a.a + Taxa DI, *fee* de estruturação de 3%, com prazo de carência de 18 meses e de amortização de 42 meses sendo que a destinação desses recursos serão para liquidar as CCBs constantes nesta nota explicativa, resgate antecipado do saldo das Cotas Seniores do FIDC CASAN, resgate antecipado do saldo da 1ª Emissão de Debêntures da CASAN, e o saldo restante será direcionado para o fluxo de caixa de obras da Companhia.
